

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.885	19.743
Concessionárias e permissionárias	8	9.277	9.807
Estoques		3.041	7.959
Adiantamento a fornecedores		1.489	1.280
Impostos a recuperar	11	178	4.823
Outros ativos circulantes		939	1.599
		<u>30.809</u>	<u>45.211</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	7.930	8.042
Outros ativos não circulantes		2.598	1.318
Imobilizado não vinculado à concessão		525	482
Imobilizado	9	274.641	275.447
Intangível	10	3.652	3.665
		<u>289.346</u>	<u>288.954</u>
		<u>320.155</u>	<u>334.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		999	982
Fornecedores - partes relacionadas	23	5	4
Financiamento - terceiros	12	18.636	19.502
Impostos e contribuições sociais	13	16.731	21.745
Taxas regulamentares	14	2.078	3.343
Dividendos propostos	16	6.328	24.607
Outros passivos circulantes		1.732	1.419
		46.509	71.602
Passivo não circulante			
Financiamento - terceiros	12	27.677	48.086
Outras contas a pagar com partes relacionadas	23	22	50
Provisão para contingências	15	330	310
		28.029	48.446
Patrimônio líquido			
Capital social		194.035	194.035
Reservas de lucros		144.595	107.787
Reserva legal		13.960	12.003
Prejuízo acumulado		(106.973)	(99.708)
	16	245.617	214.117
		320.155	334.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	17	74.070	78.531
Custo da operação	18	<u>(21.538)</u>	<u>(21.822)</u>
Lucro bruto		52.532	56.709
Despesas gerais e administrativas	19	(2.533)	(2.426)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(1.225)</u>	<u>724</u>
Lucro antes das receitas financeiras		48.774	55.007
Resultado financeiro	21	<u>(724)</u>	<u>(12.111)</u>
Receita financeira		9.064	6.515
Despesa financeira		(9.788)	(18.626)
Resultado antes dos impostos		<u>48.050</u>	<u>42.896</u>
Imposto de renda e contribuição social		(16.178)	(16.837)
Lucro líquido do exercício		<u><u>31.872</u></u>	<u><u>26.059</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	31.872	26.059
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>31.872</u>	<u>26.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	194.035	10.040	89.136	(86.502)	206.709
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.059	26.059
Constituição da reserva legal	-	1.963	-	(1.963)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	18.651	(18.651)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(18.651)	(18.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	194.035	12.003	107.787	(99.708)	214.117
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.872	31.872
Constituição da reserva legal	-	1.957	-	(1.957)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	36.808	(36.808)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(372)	(372)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	194.035	13.960	144.595	(106.973)	245.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	48.050	42.896
Ajustes		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	2.635	14.416
Depreciação e amortização	9.831	10.392
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	246
Provisão para contingência	20	-
Outras provisões - compensação ambiental	-	150
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	530	431
Estoques	4.917	(2.252)
Impostos a recuperar	4.644	(2.400)
Adiantamentos a fornecedores	(207)	465
Outros ativos	(938)	(1.107)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	17	(817)
Tributos e contribuições sociais	(5.383)	(4.339)
Taxas regulamentares	(1.265)	665
Outros passivos	285	437
Juros pagos	(5.213)	(6.654)
Impostos pagos	(15.809)	(15.129)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	42.114	37.400
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.736)	(955)
Baixas de imobilizado e intangível	-	2.521
Títulos e valores mobiliários	112	(1.725)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(8.624)	(159)
Financiamentos pagos	(18.697)	(18.317)
Dividendos pagos	(18.651)	(22.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(37.348)	(40.317)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(3.858)	(3.076)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.743	22.819
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.885	19.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$87.890 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 97.633 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2016		31/12/2015			
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo							
Ativo circulante		30.809	(85.426)	116.235	45.211	(86.236)	131.447
Caixa e equivalentes de caixa		15.885	-	15.885	19.743	-	19.743
Concessionárias e permissionárias		9.277	-	9.277	9.807	-	9.807
Adiantamentos a fornecedores		1.489	-	1.489	1.280	-	1.280
Impostos a recuperar		178	-	178	4.823	-	4.823
Estoques		3.041	-	3.041	7.959	-	7.959
Ativo financeiro amortizável	a	-	(85.426)	85.426	-	(86.236)	86.236
Outros ativos circulantes		939	-	939	1.599	-	1.599
Ativo não circulante		289.346	(74.640)	363.986	288.954	(62.201)	351.155
Títulos e valores mobiliários		7.930	-	7.930	8.042	-	8.042
Ativo financeiro amortizável	a	-	(352.865)	352.865	-	(341.239)	341.239
Outros ativos não circulantes		2.598	-	2.598	1.318	-	1.318
Imobilizado não vinculado à concessão		525	-	525	482	-	482
Imobilizado	b	274.641	274.593	48	275.447	275.403	44
Intangível	b	3.652	3.632	20	3.665	3.635	30
		320.155	(160.066)	480.221	334.165	(148.437)	482.602

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	46.509	-	46.509	71.602	-	71.602
Fornecedores terceiros	999	-	999	982	-	982
Fornecedores partes relacionadas	5	-	5	4	-	4
Financiamentos com terceiros	18.636	-	18.636	19.502	-	19.502
Tributos e contribuições sociais	16.731	-	16.731	21.745	-	21.745
Taxas regulamentares	2.078	-	2.078	3.343	-	3.343
Dividendos propostos	6.328	-	6.328	24.607	-	24.607
Outros passivos circulantes	1.732	-	1.732	1.419	-	1.419
Passivo não circulante	28.029	(53.093)	81.122	48.446	(48.728)	97.174
Financiamentos com terceiros	27.677	-	27.677	48.086	-	48.086
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	-	22	50	-	50
Provisão para contingências	330	-	330	310	-	310
Tributos diferidos	-	(53.093)	53.093	-	(48.728)	48.728
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	245.617	(106.973)	352.590	214.117	(99.708)	313.825
Capital social	194.035	-	194.035	194.035	-	194.035
Reserva de lucros	144.595	-	144.595	107.787	-	107.787
Reserva legal	13.960	-	13.960	12.003	-	12.003
Prejuízo acumulado	(106.973)	(106.973)	-	(99.708)	(99.708)	-
	320.155	(160.066)	480.221	334.165	(148.436)	482.601

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita operacional líquida	d	74.070	(10.817)	84.887	78.531	(5.795)	84.326
Custo da operação	e	(21.538)	(813)	(20.725)	(21.822)	(11.700)	(10.122)
Lucro bruto		52.532	(11.630)	64.162	56.709	(17.495)	74.204
Despesas gerais e administrativas		(2.533)	-	(2.533)	(2.426)	-	(2.426)
Outras receitas / (despesas) operacionais		(1.225)	-	(1.225)	724	-	724
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		48.774	(11.630)	60.404	55.007	(17.495)	72.502
Resultado financeiro		(724)	-	(724)	(12.111)	-	(12.111)
Receita financeira		9.064	-	9.064	6.515	-	6.515
Despesa financeira		(9.788)	-	(9.788)	(18.626)	-	(18.626)
Lucro antes dos impostos		48.050	(11.630)	59.680	42.896	(17.495)	60.391
Imposto de renda e contribuição social		(16.178)	4.365	(20.543)	(16.837)	4.290	(21.127)
Lucro líquido do exercício		31.872	(7.265)	39.137	26.059	(13.205)	39.264

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	460	480
Aplicações financeiras	15.425	19.263
	<u>15.885</u>	<u>19.743</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta reserva - financiamentos	7.930	8.042
	<u>7.930</u>	<u>8.042</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última parcela do financiamento paga, incluindo principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida e acrescido três vezes o valor do custo de operação e manutenção. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	9.429	8.411
Vencidas até 30 dias	28	108
Vencidas até 60 dias	27	63
Vencidas até 90 dias	-	73
Vencidas até 120 dias	33	40
Vencidas até 180 dias	-	1.112
Vencidas há mais de 180 dias	1.216	1.456
	<u>10.733</u>	<u>11.263</u>
(-) PCLD	<u>(1.456)</u>	<u>(1.456)</u>
	<u>9.277</u>	<u>9.807</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.
Segue movimentação da PCLD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(1.456)	(1.210)
Reversão	-	-
Adição	-	(246)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.456)</u>	<u>(1.456)</u>

9. Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	122	3.298
CSLL	43	1.505
PIS	2	2
COFINS	11	11
Outros	-	7
	<u>178</u>	<u>4.823</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf.(c)	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	338.579	-	(962)	4.740	342.357	3.778	(96.418)	245.939	251.675
Terrenos	76	-	-	-	76	-	-	76	76
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.754	-	-	56	5.810	56	(1.736)	4.074	3.697
Máquinas e equipamentos	331.433	-	(962)	4.599	335.070	3.637	(93.702)	241.368	247.459
Veículos	1.116	-	-	55	1.171	55	(853)	318	337
Móveis e utensílios	200	-	-	30	230	30	(127)	103	106
Administração	35	-	-	26	61	26	(18)	43	25
Máquinas e equipamentos	19	-	-	26	45	26	(13)	32	14
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	-	(5)	11	11
	338.614	-	(962)	4.766	342.418	3.804	(96.436)	245.982	251.700
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	23.728	9.768	(103)	(4.740)	28.653	4.925	-	28.653	23.728
Máquinas e equipamentos	14	100	-	(101)	13	(1)	-	13	14
Outros	23.714	9.668	(103)	(4.639)	28.640	4.926	-	28.640	23.714
Administração	19	13	-	(26)	6	(13)	-	6	19
Máquinas e equipamentos	19	8	-	(26)	1	(18)	-	1	19
Outros	-	5	-	-	5	5	-	5	-
	23.747	9.781	(103)	(4.766)	28.659	4.912	-	28.659	23.747
Ativo imobilizado	362.361	9.781	(1.065)	-	371.077	8.716	(96.436)	274.641	275.447

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	4,65%	342.357	(96.418)	245.939	251.675
Administração	12,33%	61	(18)	43	25
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	616	(91)	525	496
		343.034	(96.527)	246.507	252.196

10.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

	Material e equipamentos
Edificações e benfeitorias	18
Máquinas e equipamentos	108
Veículos	-
Móveis e Utensílios	29
Desenvolvimento de Projetos	4.438
Material em Depósito	4.981
Adiantamentos a fornecedores	207
	9.781

10.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

Transmissão		Valor
Serviços com construção de escritório	Edificações, obras civis e benfeitorias	56
FLV19047-1,FLV28103-1,FLV27561-3,FLV28080-1 TORRE METÁLICA AUTOPORTANTE TIPO SOD/E, 66M DE ALTURA, PESO UNITÁRIO 52,23 TONELADAS	Máquinas e equipamentos	100
LVL03 - NIVELADOR DE CESTO AEREO	Máquinas e equipamentos	514
LVL03 - NIVELADOR DE CESTO AEREO	Veículos	20
RADIO CONTROLE REMOTO - RLC 01	Veículos	21
RADIO CONTROLE REMOTO - RLC 01	Veículos	7
MÁQUINA FUSÃO DE FIBRA OPTICA, TESOURA DE KEVLAR DA PROVITEL,, ROLETADOR CIRCULAR IDEAL, ALICATE ACRILATO/JAQUETA MIN-LITE - PROVITEL, CAIXA PAPEL, VIP MICROSCOPIO ELETRÔNICO	Veículos	7
	Móveis e utensílios	29
Administração		Valor
Microcomputador portátil Dell Latitude 14 E5450	Equipamentos de informática	10
Microcomputador portátil Dell Latitude 14 E5450	Equipamentos de informática	5

10.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2016

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

TORRE METÁLICA AUTOPORTANTE TIPO SOD/E, 66M DE ALTURA, PESO UNITÁRIO 52,23 TONELADAS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	457.822,11
TORRE METÁLICA AUTOPORTANTE TIPO SOD/E, 72M DE ALTURA, PESO UNITÁRIO 57,54 TONELADAS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	504.366,92

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	3.634	-	-	20	-	3.654	20	(22)	3.632	3.615
Servidões	3.603	-	-	20	-	3.623	20	-	3.623	3.598
Softwares	31	-	-	-	-	31	-	(22)	9	17
Administração	27	-	-	7	-	34	7	(22)	12	15
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Softwares	27	-	-	7	-	34	7	(22)	12	-
	3.661	-	-	27	-	3.688	27	(44)	3.644	3.630
Ativo intangível em curso										
Transmissão	20	-	-	-	(20)	-	-	-	-	-
Servidões	20	-	-	-	(20)	-	-	-	-	-
Administração	15	-	-	(7)	-	8	(7)	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	15	-	-	(7)	-	8	(7)	-	-	-
	35	-	-	(7)	(20)	8	(7)	-	-	-
Ativo Intangível	3.696	-	-	20	(20)	3.696	20	-	-	-

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	20,00%	3.654	(22)	3.632	3.615
Administração	20,00%	34	(22)	12	15
		3.688	(44)	3.644	3.630

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11.3. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2016

Transmissão		<u>Valor</u>
Conjunto de Servidões LT 230KV SE PORTO PRIMAVERA/DOURADOS	Servidões	20
Administração		<u>Valor</u>
Licença de programas de computação	Softwares	4
Licença de programas de computação	Softwares	3

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2016	2015
BNDES - Subcrédito A	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/17	Mensal	SAC	(i)	UMBNDDES + 3%	4.406	7.387
BNDES - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/17	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 3% a.a	12.094	16.692
BNPP - Subcrédito A	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/17	Mensal	SAC	(i)	UMBNDDES + 4,3%	3.980	6.674
BNPP - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/17	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 4,3% a.a	10.926	15.080
Santander - Subcrédito A	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/17	Mensal	SAC	(i)	UMBNDDES + 4,3%	3.981	6.675
Santander - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	Mensal	15/01/17	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 4,3% a.a	10.926	15.080
									46.313	67.588
Circulante									18.636	19.502
Não circulante									27.677	48.086
									46.313	67.588

(i) **Garantias**

Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	18.743
2019	8.933
	<u><u>27.677</u></u>

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

13. Impostos e contribuições sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IR	11.988	15.580
CSLL	3.398	4.928
PIS	107	124
COFINS	496	572
Outros	742	541
	<u><u>16.731</u></u>	<u><u>21.745</u></u>

14. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva global de reversão (RGR) <i>(i)</i>	13	303
Taxa de fiscalização (TFSEE) <i>(ii)</i>	193	193
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) <i>(iii)</i>	1.872	2.847
	<u><u>2.078</u></u>	<u><u>3.343</u></u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhista	330	310
	<u>330</u>	<u>310</u>

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fiscal	10.430	4.412
	<u>10.430</u>	<u>4.412</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$194.035 dividido em 194.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	39.137	39.264
Reserva legal (5%)	(1.957)	(1.963)
Base de cálculo para os dividendos	<u>37.180</u>	<u>37.301</u>
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>372</u>	<u>18.651</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	85.161	90.102
Receita rateio de antecipação	5.528	6.587
Receita de encargos de transmissão	84.447	78.336
Receita de novas obras RBNI	2.360	2.192
Receita rede de fronteira	6.029	5.963
Parcela ajuste do ciclo anterior	(7.255)	(3.085)
Indisponibilidade de equipamentos	(6.125)	(73)
Receita de CCT	177	182
Deduções da receita operacional	(11.091)	(11.571)
PIS	(1.405)	(1.487)
COFINS	(6.472)	(6.848)
P&D	(741)	(784)
RGR	(2.129)	(2.253)
TFSEE	(344)	(199)
	74.070	78.531

18. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(8.276)	(8.193)
Material	(794)	(889)
Serviços de terceiros	(806)	(882)
Arrendamentos e aluguéis	(8)	(3)
Seguros	(117)	(110)
Perdas na Alie. e Desat. de Bens e Dir.	64	-
Tributos	(125)	(160)
Depreciação e amortização	(9.765)	(10.343)
Gastos diversos	(1.711)	(1.242)
	(21.538)	(21.822)

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(1.451)	(117)
Material	(5)	(30)
Serviços de terceiros	(334)	(593)
Arrendamentos e aluguéis	(59)	(53)
Doações	(581)	(471)
Provisão	-	(375)
Tributos	(8)	(696)
Depreciação e amortização	(19)	(15)
Outras	(76)	(76)
	<u>(2.533)</u>	<u>(2.426)</u>

20. Despesas de pessoal

<u>Pessoal - operação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração	(5.597)	(5.533)
Encargos	(1.871)	(1.759)
Despesas rescisórias	(1)	(72)
Outros benefícios - corrente	(805)	(822)
Outros	(2)	(7)
	<u>(8.276)</u>	<u>(8.193)</u>
<u>Pessoal – administração</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração	(267)	(28)
Encargos	(208)	(9)
Outros benefícios - corrente	(254)	(80)
Outros	(722)	-
	<u>(1.451)</u>	<u>(117)</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	9.064	6.515
Receitas de aplicações financeiras	2.754	2.878
Variação monetária	6.429	3.746
Outras receitas financeiras	(119)	(109)
Despesa financeira	(9.788)	(18.626)
Variações monetárias passivas	(3.934)	(11.542)
Juros sobre financiamentos	(5.131)	(6.630)
Outras despesas financeiras	(723)	(454)
	<u>(724)</u>	<u>(12.111)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.885	19.743
Títulos e valores mobiliários	7	7.930	8.042
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos a fornecedores	-	1.489	1.280
Concessionárias e permissionárias	8	9.277	9.807
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Financiamentos	12	46.313	67.588
Fornecedores - terceiros	-	999	982
Fornecedores com partes relacionadas	23	5	4

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos financiamentos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2016</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Financiamentos	46.313	(240)	492

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo		
Fornecedor (i)	5	4
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	50

23.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado		
Despesa aluguel (i)	(59)	(53)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.